

Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre

CNPJ nº 27.059.460/0001-41

Relatório da administração: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V. S.as, as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das Notas Explicativas do Relatório dos Auditores Independentes. **Mensagem da Administração:** A Fraport Brasil - Porto Alegre, ao lado da Fraport Brasil - Fortaleza, é subsidiária da Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide, uma das empresas líderes no mercado global de aeroportos. Proprietária e operadora do aeroporto de Frankfurt, maior aeroporto da Alemanha, a Fraport AG possui em seu portfólio mais de 30 aeroportos pelo mundo. Em um processo de licitação internacional, ocorrido em março de 2017, no qual o governo federal concedeu quatro aeroportos brasileiros à iniciativa privada, a Fraport AG conquistou a concessão dos aeroportos de Fortaleza e Porto Alegre pelo período de 30 e 25 anos, respectivamente. Em 2 de janeiro de 2018, a Fraport Brasil - Porto Alegre assumiu a efetiva operação no Aeroporto de Porto Alegre com o compromisso de realizar obras de ampliação e melhorias da infraestrutura em conformidade com o contrato de concessão. Em outubro de 2019 foi concluída a Fase 1B do contrato de concessão.

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma previstos no PEA (plano de Exploração Aeroportuária) a fim de garantir o nível de serviço. **Destaques econômico-financeiros:** Durante o ano de 2023, transitarão no aeroporto de Porto Alegre mais de 7,5 milhões de passageiros, apresentando um acréscimo de 13% em relação ao ano de 2022, principalmente devido ao início da recuperação das viagens de turismo e negócios na região Sul do Brasil. Conforme previsão no contrato de concessão, assim como já realizado em 2020, 2021 e 2022, a Companhia entrou com o pleito de reequilíbrio econômico-financeiro também no exercício de 2023, o qual visa preservar a manutenção do equilíbrio contratual posto no processo licitatório. Sendo assim, a Companhia recebeu o direito a recomposição do equilíbrio econômico já demonstrado na rubrica de Outras receitas e despesas operacionais líquidas e será quitado por meio de compensação com as contribuições fixa e variável devidas pela Concessionária, bem como, através da majoração temporária de 15% das tarifas reguladas concedida para compensação do ano de 2020 e 10% para o ano de 2022. A seguir apresentamos o quadro demonstrativo do EBITDA:

Balanco patrimonial			
Ativo	Nota	2023	2022
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	74.909	41.244
Contas a rec.	5	34.914	38.657
Contas a receber - Partes Relac.	6	879	1.006
Estoques		4.249	3.431
Impostos a recuperar	7	4.375	1.998
Despesas antecipadas		3.220	3.122
Direitos com o Poder Concedente	8	48.583	66.071
Outros ativos		1.498	1.100
Total do ativo circulante		172.627	156.629
Não Circulante			
Aplicações financeiras vinc.	9	44.714	41.870
Impostos a recuperar	7	137.522	134.832
Direitos com o Poder Concedente	8	229.687	194.198
Depósitos Judiciais	25	39.488	36.796
Imobilizado	10	2.518	2.839
Intangível	11	1.923.716	1.910.719
Total do ativo não circulante		2.377.645	2.321.254
Total do ativo		2.550.272	2.477.883

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido						
	Capital social	Reserva Legal	Reserva Especial	Reserva de Lucros	Lucros	Total
	Subscrito			Retenção de Lucros	Acumulados	
Saldos em 31.12.2021	763.500	9.007	42.782	128.344	-	943.633
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	45.981	45.981
Constituição de Reserva Legal	-	2.299	-	-	(2.299)	-
Dividendo Mínimo (Nota 17)	-	-	10.920	-	(10.920)	-
Lucros Retidos (Nota 17)	-	-	-	32.762	(32.762)	-
Saldos em 31.12.2022	763.500	11.306	53.702	161.106	-	989.614
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	37.725	37.725
Constituição de Reserva Legal	-	1.886	-	-	(1.886)	-
Dividendo Mínimo (Nota 17)	-	-	-	-	(8.960)	(8.960)
Lucros Retidos (Nota 17)	-	-	-	26.879	(26.879)	-
Saldos em 31.12.2023	763.500	13.192	53.702	187.985	-	1.018.379

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Informações Gerais: A Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre ("Fraport Brasil - Porto Alegre" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide, uma das empresas líderes no mercado global de aeroportos. A Fraport Brasil foi constituída no início de 2017, tendo como objetivo exclusivo exercer as atividades de exploração, ampliação e manutenção do Aeroporto Internacional Salgado Filho. A sede está localizada na Av. Severo Dullius, 90010, Porto Alegre - RS. Em um processo de licitação internacional, no qual o Governo Federal concedeu quatro aeroportos brasileiros à iniciativa privada, a Fraport AG conquistou a concessão dos aeroportos de Porto Alegre e Fortaleza. A partir de então, a Fraport Brasil - Porto Alegre e a Fraport Brasil - Fortaleza foram estabelecidas tendo como objetivo a criação de dois aeroportos modernos, eficientes e focados no cliente. Em 28 de julho de 2017 foi assinado o contrato de concessão com a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC. A concessão do Aeroporto de Porto Alegre, se dará no prazo de 25 anos com data de eficácia em 29 de agosto de 2017. O contrato é dividido em três fases: FASE I-A - fase de transferência das operações do Aeroporto da Infraero para a Concessionária; esta fase teve início em 29 de agosto de 2017 (concluído em 02/04/2018). FASE I-B - fase de ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e recomposição total do nível de serviço (início em 29/08/2017 e concluído em 29/10/2019). FASE II - demais fases de ampliação, manutenção, exploração do Aeroporto, para atendimento aos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento previstos no PEA (Plano de Exploração Aeroportuária) (início em 30/10/2019). Em 28/03/2019 a Companhia recebeu o aporte referente ao empréstimo junto do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que será pago entre os anos de 2022 e 2038. O aporte total realizado pelo BNDES entre os anos de 2019 e 2022 resultou no valor de R\$1.030.000, conforme Nota 14. A Fraport Brasil - Porto Alegre assumiu como obrigação estabelecida no Contrato de Concessão, o pagamento de Contribuição Fixa e Contribuição Variável ao Poder Concedente e a realização de investimentos para ampliação e melhorias do Aeroporto de Porto Alegre. A Contribuição Fixa encontra-se totalmente quitada. **1.1 COVID-19 e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro:** Em março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconheceu o surto epidemiológico do COVID-19 como Pandemia Global. Além de diversas vidas perdidas, a pandemia também trouxe um impacto singular para a economia mundial. As restrições governamentais, necessárias ao controle da expansão da contaminação, trazendo como premissa o isolamento social reduziu drasticamente o número de passageiros, impactando diretamente todas as empresas do segmento aeroportuário. No contrato de concessão vigente existe a previsão de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro que visa preservar a manutenção do equilíbrio contratual posto no processo licitatório, sendo assim, a partir do evento de força maior que desencadeou o desequilíbrio contratual, no caso o surto da Covid-19, se fez necessário o retorno do status quo do contrato de concessão a fim de manter as condições previamente previstas no edital e na proposta vencedora. Assim como em 2020, 2021 e 2022 a Companhia submeteu um novo pleito de reequilíbrio relativo ao ano de 2023 junto ao órgão regulatório Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) que através da Decisão nº 647 de 07 de dezembro de 2023 aprovou o direito ao respectivo crédito referente ao respectivo ano no valor de R\$ 47.120. Em junho de 2022, com a ocorrência de uma revisão por parte da Agência reguladora, foi registrado um complemento referente ao pleito de reequilíbrio do ano de 2021 no valor de R\$18.195. Em 11 de novembro de 2022 foi assinada pela ANAC a Decisão nº 568, reconhecendo o crédito referente a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro relativo ao ano de 2022 (Nota 8). **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, com base no custo histórico, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da

Balanco patrimonial			
Passivo	Nota	2023	2022
Passivo Circulante			
Fornecedores	12	29.418	19.672
Salários, encargos sociais e benefícios	13	14.353	14.045
Impostos a recolher	7	10.931	10.553
Empréstimos e Financiamentos	14	62.862	57.078
Compromissos com o poder concedente	15	16.977	14.143
Dividendos a pagar	17	8.960	-
Outros passivos	16	4.345	6.814
Total do passivo circulante		147.846	122.305
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	1.270.914	1.271.135
IR e CS diferidos	7	54.323	30.684
Provisão para obrigações legais	24	3.257	11.201
Provisão para Passivos Ambientais	25	53.609	50.712
Outros passivos	16	1.944	2.232
Total do passivo não circulante		1.384.047	1.365.964
Patrimônio Líquido	17		
Capital social		763.500	763.500
Reserva legal		13.192	11.306
Reserva especial		53.702	53.702
Reserva de lucros		187.985	161.106
Total do patrimônio líquido		1.018.379	989.614
Total do passivo e patrimônio líquido		2.550.272	2.477.883

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia no processo de aplicação das ações e políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelos administradores da Companhia em 29 de fevereiro de 2024. A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado, como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRSs não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** **2.2.1 IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente: • IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros:** A nova norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 (CPC 11) - Contratos de Seguro. **• Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis:** As alterações alteram os requisitos da IAS 1 (CPC 26(R1)) no que diz respeito à divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". **• Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis:** Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023. A alteração substitui a definição de uma mudança de estimativa contábil por uma definição de estimativa contábil. De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração". **• Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction"):** Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023. As alterações introduzem uma outra exceção à isenção do reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, uma entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. A Administração avaliou os impactos das normas acima nas informações financeiras intermediárias da Companhia, e não identificou efeitos significativos oriundos da adoção delas. **2.2.2 IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:** Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto; • Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante Alterações à IAS 1 Passivo Não Circulante com Covenants; • Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 Acordos de Financiamento de Fornecedores; • Alterações à IFRS 16 Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback". A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras do Grupo em períodos futuros. **2.3 Conversão de moeda estrangeira:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Todas as diferenças, referente a ganhos e perdas cambiais, são registradas na demonstração do resultado. **2.4 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5 Ativos financeiros:** Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e recebíveis. **2.5.1 Classificação:** Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ao valor justo, seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio de resultado. A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado: • Caixa e equivalente de caixa; • Aplicações Financeiras Vinculadas; • Contas a receber de clientes; • Partes relacionadas; • Direitos com o Poder Concedente; • Outros ativos. Para ativos financeiros demonstrados acima, os ganhos e perdas são registrados no resultado. **2.5.2 Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham

Demonstração do resultado			
	Nota	2023	2022
Rec. líq. de serv. e cessão de espaço		297.978	247.190
Receita de construção		46.598	20.163
Receita operacional líquida	18	344.576	267.353
Custo dos serviços prestados	19	(164.060)	(136.264)
Custo de construção	19	(45.526)	(19.699)
Lucro bruto		134.990	111.390
Despesas gerais e administrativas	20	(31.756)	(31.538)
Outras rec. e desp. oper. líquidas	21	42.043	71.281
Lucro antes do resultado financeiro		145.277	151.133
Receitas financeiras	22	47.567	38.388
Despesas financeiras	22	(133.739)	(119.370)
Lucro antes do IR e CS		59.105	70.151
IR e CS	7	(21.380)	(24.170)
Lucro líquido do exercício		37.725	45.981
Lucro por lote de mil ações - R\$	27	0,05	0,06

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente			
	2023	2022	
Lucro do exercício	37.725	45.981	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Total do resultado abrangente do exercício	37.725	45.981	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **2.5.3 Mensuração:** Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **2.5.4 Impairment de ativos financeiros:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para riscos sobre contas a receber é constituída em montante julgado suficiente para suportar eventuais perdas esperadas na realização de créditos, líquidos de recuperações, levando em consideração o risco por cliente e independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento. **2.7 Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. A Companhia não realiza a venda de produtos e o estoque é utilizado apenas como materiais de consumo. **2.8 Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas, compostas preponderantemente por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro. **2.9 Imposto de Renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda (IR) e a contribuição social (CS) diferidos são calculados sobre os correspondentes prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, aplicando-se as alíquotas definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos em 25% e 9%, respectivamente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível para compensação. Os tributos diferidos ativos e passivos, quando aplicável, são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes. **2.10 Outros ativos:** Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. **2.11 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos serão revisados e ajustados, quando apropriado, ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens foram prováveis e os valores foram mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Conforme OCPC 05, por se tratar de um contrato de concessão de exploração da infraestrutura, somente os bens que possam ser retirados ou negociados pelos concessionários, sem interferência do poder concedente podem ser classificados como Ativo Imobilizado e contabilizado de acordo com CPC 27. Os bens adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão são classificados como Infraestrutura da Concessão no intangível. Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retirados pela Companhia. Conforme contrato de concessão a Companhia deverá manter controle de inventário atualizado destes bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Além disso, os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.12 Intangível:** Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante um prazo determinado. O contrato de concessão estabelecido entre a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e a Companhia não

Lucro Líquido	37.725
Depreciação e amortização	63.250
Resultado Financeiro	86.172
IRPJ/CSLL	21.380
EBITDA	208.527

Dividendos: O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício. No exercício de 2023 a Companhia apurou o dividendo mínimo no valor de R\$ 8.960 e aguardará a decisão da Assembleia Geral quanto ao pagamento ou não deste valor. Em anos anteriores foi aprovada a não distribuição devido aos investimentos para expansão e melhorias previstos no contrato de concessão e retenção em Reserva Especial para pagamento futuro. **Partes Relacionadas:** A Fraport Brasil S/A Aeroporto de Porto Alegre não possui coligadas e controladas, no entanto, tem operação de repasse de custos compartilhados para a Fraport Brasil S/A Aeroporto de Fortaleza. Ambas as empresas estão sob o mesmo controle acionário.

A Diretoria.
Porto Alegre, 29 de fevereiro de 2024.

Demonstração do fluxo de caixa			
	Nota	2023	2022
Fluxos de caixa das ativ. oper.			
Lucro antes do IR e CS		59.105	70.151
Ajustes para reconciliar o lucro líquido aos fluxos de caixa			
Provisão para riscos de crédito	5	1.749	(92)
Provisão de Contencioso	24	(7.944)	(8.228)
Depreciação e amortização	10;11	63.250	46.529
Baixas de ativo fixo	10;11	1.826	1.023
Ajuste a valor presente - Contribuição fixa outorga	22	-	8.728
Margem de construção	18	(1.072)	(464)
Juros sobre emprést. e financ.	14	132.588	149.070
IOF sobre emprést. e financ.	14	-	188
Custos de emprést. capitalizados	11	(2.855)	(39.327)
246.647		227.578	

Red. (aum.) nos ativos oper.			
	2023	2022	
Contas a receber	5	1.994	(9.947)
Contas a receber - partes relac.	6	127	(11)
Estoques		(818)	(727)
Impostos a recuperar	7	(2.108)	(1.595)
Despesas antecipadas		(98)	(1.102)
Depósitos Judiciais	25	(2.692)	(36.796)
Depósitos Vinculados	9	(2.844)	(4.651)
Direitos com o Poder conc.	8	(32.144)	(79.164)
Outros ativos		(398)	(163)

Aum. (red.) nos passivos oper.			
	2023	2022	
Fornecedores	12	(927)	(4.533)
Sal., encargos sociais e benefícios	13	308	2.273
Tributos a recolher	7	378	(15.297)
Provisão para Passivos Ambientais	25	2.897	50.712
Compr. com o poder concedente	15	16.977	14.143
Outros passivos	16	(2.757)	(20.721)
Caixa gerado pelas operações		224.542	119.999
Pagto. de juros de empr. e financ.	14	(74.325)	(70.563)
IOF sobre empréstimos	14	-	(188)
Caixa líquido gerado pelas atividades		150.217	49.248

Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre

CNPJ nº 27.059.460/0001-41

Notas explicativas às demonstrações financeiras

concessão não transfere à Concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente no encerramento do respectivo contrato, sem direito a indenização. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura e explorar receitas comerciais adicionais pela maior disponibilidade da infraestrutura que foi ampliada. Os investimentos relacionados à Infraestrutura estão sendo registrados em intangível em andamento e conforme a conclusão da obra os valores são transferidos para a rubrica de Infraestrutura em operação. A amortização desta parcela do intangível inicia à medida que a Infraestrutura é disponibilizada para uso, conforme curva de passageiros estimada e ocorre até o final do contrato de concessão. **c) Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.13 Contas a pagar a fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.14 Empréstimos e financiamentos:** São demonstrações pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Os custos de empréstimos gerais e específicos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.15 Compromissos com o poder concedente:** O poder concedente, Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, estabelece no contrato de concessão que a Companhia pague uma contribuição fixa e outra variável durante todo o período de concessão. A contribuição fixa foi quitada antecipadamente em dezembro de 2022. A contribuição variável corresponde a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da Companhia e será paga anualmente no mês de maio subsequente ao ano de apuração. Devido ao crédito recebido referente à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, a empresa projeta não desembolsar os valores de outorga variável até 2036. Neste período, a Companhia irá realizar a compensação do crédito adquirido com o valor a pagar de outorga. **2.16 Provisões:** As provisões para causas judiciais (trabalhista, cível e tributária), regulatórias e ambientais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Não foi constituída provisão para manutenção, pois não foram identificados custos relevantes relacionados ao contrato de concessão que obrigam a Companhia a recuperar a infraestrutura explorada. **2.17 Outros Passivos:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante. **2.18 Passivos Financeiros: Reconhecimento:** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia classifica os seguintes passivos financeiros ao custo amortizado: • Fornecedores; • Empréstimos e Financiamentos; • Compromissos com o Poder Concedente; • Outros Passivos. **Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **2.19 Benefícios a empregados:** A Companhia concede benefícios a empregados incluindo plano de previdência privada, assistência médica, odontológica, seguro de vida, dentre outros. **2.20 Distribuição de dividendos:** Conforme estatuto da Companhia o dividendo mínimo obrigatório é 25% do lucro líquido após absorção de prejuízo e constituição de reserva legal conforme Lei 6.404/76. Conforme Lei 6.404/76 as companhias fechadas podem ainda deliberar por distribuir valor inferior ao mínimo obrigatório ou realizar a retenção de todo o lucro líquido. É permitida a criação de reserva especial para estes casos. **2.21 Reconhecimento da Receita:** As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável. **a) Receita de serviços:** A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços. **Receita de serviços tarifários:** é reconhecida pelas tarifas pagas pelos usuários quando da efetiva utilização dos serviços, equipamentos, instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contempla as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia. Essas tarifas são realizadas de acordo com as regras previstas no Contrato de Concessão. **Receita de serviços não tarifários:** conforme previsto no Contrato de Concessão, a Concessionária pode reconhecer receitas não tarifárias mediante cessão de espaços e prestações de serviços no complexo aeroportuário através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas. **b) Receita de juros:** A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. **c) Receita de construção:** Pelos termos do contrato de concessão, a Companhia deve construir e/ou ampliar a infraestrutura do Aeroporto, e conforme requerido pelo OCPC 05 - Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione incrementos futuros de receitas devem ser registradas pela Companhia em suas demonstrações financeiras como contrapartida do ativo intangível. Os custos devem ser registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens ou serviços. A Administração da Companhia, através de estudo realizado, adotou estimativas aos custos de construção 2,3% a título de margem. **3. Estimativas e julgamentos contábeis:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **3.1 Amortização do intangível:** Conforme item 2.12, a amortização das rubricas "Direito de concessão (Outorga)" e "Infraestrutura da Concessão", o cálculo da amortização é realizado conforme o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros, que se dão em função da curva de demanda. No período de janeiro a dezembro de 2023, a taxa média utilizada foi de 2,27% (1,83% no mesmo período de 2022) que representa a participação do período no total de passageiros esperado para toda a concessão. **3.2 Taxa de desconto:** Em dezembro de 2022, com o evento da antecipação da outorga fixa, uma nova taxa de desconto de

13,5% (Nota 2.12(a)) foi acordada entre as partes e devidamente aplicada no cálculo do valor presente do ativo intangível. **3.3 Provisões:** As provisões para contingências são mensuradas com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, em montante considerado suficiente para cobrir os gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. **3.4 Impairment do intangível:** Os ativos intangíveis da concessão que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Anualmente, a Fraport AG, de forma centralizada, testa eventuais perdas (*impairment*) no intangível oriundo da concessão. Os valores recuperáveis da Unidade Geradora de Caixa (UGC), neste caso a Companhia, foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa descontado da taxa WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) para o período remanescente da concessão.

4. Caixa e Equivalente de Caixa:

	2023	2022
Caixa e conta corrente	5.326	5.387
Aplicações financeiras	69.583	35.857
Total	74.909	41.244

O montante aplicado em moeda local refere-se a certificados de depósitos bancários (CDB), remuneradas a taxas que variam entre 99% e 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez diária.

5. Contas a Receber:

	2023	2022
Contas a receber de clientes	42.145	44.139
(-) Provisão para risco de crédito	(7.231)	(5.482)
Total	34.914	38.657

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2023	2022
Valores a vencer	32.452	32.011
Vencidos:		
Até 30 dias	2.915	2.673
Entre 31 e 180 dias	1.581	3.828
Entre 181 e 360 dias	116	142
Acima de 360 dias	5.081	5.485
(-) Provisão para risco de crédito	(7.231)	(5.482)
Total	34.914	38.657

Em 31 de dezembro de 2023, a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 7.231 (R\$ 5.482 em 2022), levando em consideração o risco por cliente. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Saldo no início do exercício

	2023	2022
Adições	2.342	51
Reversões	(352)	(143)
Baixas	(241)	-
Saldo no fim do exercício	7.231	5.482

6. Partes relacionadas: O Contas a Receber se refere ao repasse de custos compartilhados de salários e viagens. Esta estrutura totalizou o valor R\$ 9.748 em 2023 (R\$ 10.109 em 2022), registrada como redutora de despesa na rubrica de despesas administrativas. **Ativo Circulante:**

	2023	2022
Contas a Receber	879	1.006
Fraport - Aeroporto de Fortaleza	879	1.006
Total	1.758	2.012

No exercício findo em 31/12/2023, o custo com remuneração da administração, em salários, remuneração variável e benefícios foi de R\$ 4.753 (R\$ 4.240 em 2022).

7. Impostos, Taxas e Contribuições: a) Impostos a Recuperar

	2023	2022
Circulante	3.904	631
IR e CS a compensar	471	1.367
Outros tributos a recuperar	4.375	1.998
Total	8.750	3.996

Não circulante

	2023	2022
PIS/COFINS a recuperar	137.522	134.832
Total	137.522	134.832

As apropriações das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar são decorrentes das aquisições do ativo intangível, e os créditos serão usufruídos de acordo com a respectiva amortização. A Companhia projeta que esses valores serão totalmente recuperados até o fim da concessão (2042). b) Impostos a Recolher:

	2023	2022
Circulante	2.293	1.807
Tributos Retidos	412	172
Imposto sobre Serviços Terceiros	6.815	7.357
PIS e COFINS	1.411	1.217
Imposto sobre Serviços	10.931	10.553
Total	21.864	21.864

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

	IR	CS	2023	2022	Total
Prej. fisc. e base neg. contrib. soc.	24.304	8.981	33.285	24.508	57.793
Diferenças temporárias: Prov. Partic. nos Lucr. e Result.	1.766	636	2.402	2.453	4.819
Previdência Privada - Empresa	17	6	23	-	23
Aj. a valor presente outorga	2.234	804	3.038	8.705	11.947
Amort. margem de constr.	(8.061)	(2.902)	(10.963)	(10.598)	(18.561)
Provisões de Contencioso	814	293	1.107	3.808	4.915
Provisão Devedores Duvidosos	531	191	722	12	747
Provisão de Fornecedores	752	270	1.022	747	1.499
Receita de Reequilíbrio	(62.470)	(22.489)	(84.959)	(60.319)	(145.278)
Passivo não circulante	(40.113)	(14.210)	(54.323)	(30.664)	(84.987)

(i) Liminar concedida, determinando a cobrança do IRPJ e da CSLL sobre os valores decorrentes do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, oriundo dos Processos nº 00058.029735/2021-92; 00058.037411/2022-17 e 00058.054683/2023-54 apenas quando da efetiva utilização de tal quantia, através da forma aprovada para compensação do reequilíbrio. Em relação aos impostos diferidos sobre o prejuízo fiscal e base negativa, deverão ser compensados até o final de 2027, conforme demonstrado abaixo:

	2023	2022
Ano	-	422
2023	-	-
2024	3.981	5.350
2025	9.473	9.938
2026	14.552	8.798
2027	5.279	-
Total	33.285	24.508

Conciliação entre imposto de renda e contribuição social nominais e efetivo:

	2023	2022
Lucro antes dos impostos	59.105	70.151
Alíquota aplicável	34%	34%
(20.906)	(23.851)	(23.851)
Ajustes Permanentes	(1.284)	(319)
Total	(21.380)	(24.170)

Imposto corrente

	2023	2022
Imposto diferido	(23.639)	(24.170)
Alíquota Efetiva	36,17%	34,45%

8. Direitos com o Poder Concedente: Circulante

	2023	2022
Recomp. do equilíbrio econômico-financ.	48.583	66.071
Total	48.583	66.071

Não circulante

	2023	2022
Recomp. do equilíbrio econômico-financ.	229.687	194.198
Total	229.687	194.198

A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será realizada por meio de compensação com as contribuições fixa e variável devidas pela Concessionária, bem como, através da majoração temporária de 15% das tarifas reguladas concedida para compensação do saldo do ano de 2020 e 10% para o saldo do ano de 2022. O saldo remanescente, após as compensações, será atualizado pelo índice de atualização IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 8,50%, conforme estabelecida no contrato de concessão. Em 18 de dezembro de 2020, foi fixado o valor de R\$109.490 para fins de recomposição. Em 01 de junho de 2021 a ANAC emitiu o ofício nº 79 confirmando os valores do reequilíbrio econô-

mico-financeiro relativo ao exercício de 2020. A partir da revisão por parte da Agência reguladora realizada em 2021, foi registrado um complemento no valor de R\$4.450. Em dezembro de 2021, após a Decisão nº 496, publicada no Diário Oficial da União, a Companhia reconheceu o valor de R\$99.913 referente ao pleito de reequilíbrio 2021. Em junho de 2022, houve um complemento no valor de R\$18.195 referente ao exercício de 2021. Em dezembro de 2022, através da Decisão nº 568 publicada no Diário Oficial, a Fraport registrou o valor de R\$ 59.300 referente ao pleito de reequilíbrio econômico do referido ano. Através da Decisão nº 647, publicada no Diário Oficial da União, a Companhia reconheceu em dezembro de 2023 o valor de R\$ 47.120 referente ao pleito de reequilíbrio do exercício de 2023. Os valores de Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro foram reconhecidos na rubrica de Outras Receitas Operacionais, líquido de impostos.

Saldo no início do exercício

	2023	2022
Recomp. do equilíbrio econômico-financ.	260.269	190.613
47.120	77.495	2022
Total	307.389	268.108

Atualização Compensações:

	2023	2022
Aumento das tarifas reguladas	(47.032)	(27.130)
Outorga Variável	(14.143)	(9.508)
Saldo no fim do exercício	278.270	260.269

A Companhia tem a expectativa de recebimento do saldo até 2036, sendo 89% do valor através da compensação com a outorga variável e 11% através do aumento das tarifas reguladas.

11. Intangível:

	Infraestrutura								
	Em Andamento	Em Operação	Em Concessão	Outorga	Custos s/ Empréstimos	Margem de Construção	Software	Adiant. a Fornecedores	Total
Saldo em 31.12.2021	524.529	991.782	300.945	65.997	13.825	14.120	382	1.911.580	
Aquisição	33.242	1.350	-	39.327	464	-	85	74.468	
Transferências	(524.773)	620.443	-	(100.260)	-	4.590	-	-	
Baixas	-	(673)	-	-	-	-	-	(673)	
Amortização	-	(33.151)	(5.522)	-	-	(7.097)	-	(45.770)	
Remens. do aj. a valor presente	-	-	(28.886)	-	-	-	-	(28.886)	
Saldo em 31.12.2022	32.998	1.579.751	266.537	5.064	14.289	11.613	467	1.910.719	
Aquisição	70.700	485	-	2.855	1.072	-	2.377	77.489	
Transferências	(46.769)	67.194	-	(7.919)	(15.361)	2.855	-	-	
Baixas	-	(1.248)	-	-	-	-	-	(1.248)	
Amortização	-	(48.994)	(6.058)	-	-	(8.192)	-	(63.244)	
Saldo em 31.12.2023	56.929	1.597.188	260.479	6.276	2.844	2.844	467	1.923.716	

a) Intangível em andamento - Representa o investimento realizado nas obras de melhorias e ampliação do aeroporto, sendo concluída a fase 1B no final de 2019, referente à ampliação do terminal de passageiros. b) Software - A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos. c) Margem de Construção - Representa 2,3% aplicado sobre a receita de construção reconhecida conforme OCPC 05 - Contratos de concessão. d) Custos de Empréstimos - São contemplados pelos juros e demais custos de empréstimo diretamente atribuíveis às obras de melhoria e ampliação da infraestrutura do aeroporto conforme estabelecido no Contrato de Concessão. e) Outorga Fixa - Pelo direito da exploração do Aeroporto de Porto Alegre, a Companhia desembolsou em 28 de julho de 2017, o valor de R\$291.821. A Companhia também se comprometeu a pagar em parcelas anuais, a partir de agosto de 2023, o valor total de R\$91.537. Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida a valor presente. Em dezembro de 2022, após a publicação da Portaria nº 455/2022 pelo Ministério da Infraestrutura, a Companhia optou por realizar a antecipação da totalidade da outorga fixa no valor de R\$37.677 (Nota 15). É utilizada a curva de demanda estimada de passageiros como método de amortização.

Contribuição inicial fixa - paga

	2023	2022
Compromisso com o poder concedente	291.821	291.821
Valor nominal	91.537	91.537
Remensuração ajuste a valor presente (13,5%)	(81.710)	(81.710)
Total	9.827	9.827

Outorga Fixa

	2023	2022
Amortização acumulada	301.648	301.648
(41.169)	(35.111)	(35.111)
Total	260.479	266.537

Anualmente, a Fraport AG, de forma centralizada, testa eventuais perdas (*impairment*) no intangível oriundo da concessão. Os valores recuperáveis da Unidade Geradora de Caixa (UGC), neste caso a Companhia, foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa para o período remanescente da concessão descontado a uma taxa WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) de 10,31% (11,43% em 2022). No cálculo do teste de *impairment*, o valor contábil é comparado com os fluxos de caixa descontados orçados até 2042. O valor contábil é determinado a partir dos ativos imobilizado e intangível mais capital de giro na data do balanço. Para os anos de 2022 e 2023, não foram identificados necessidade de reconhecimento de perda.

12. Fornecedor:

	2023	2022
Fornecedores nacionais - Ativo Fixo	17.686	7.013
Fornecedores nacionais - Gerais	11.732	12.659
Total	29.418	19.672

13. Salários, Encargos Sociais e Benefícios:

	2023	2022
Salários a Pagar	1.599	1.425
Provisão de Férias	4.472	4.341
Provisões com Pessoal	7.066	7.217
Encargos Sociais a pagar	1.216	1.062
Total	14.353	14.045

14. Empréstimos e Financiamentos: Em 28 de março de 2019, a Companhia firmou um contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) relativo à ampliação do terminal de passageiros e da pista de aterrisagem e decolagem do Porto Alegre Airport (Aeroporto Internacional Salgado Filho), conforme previsto no contrato de concessão. As amortizações de juros ocorreram trimestralmente desde 2019 até março de 2022. A partir de abril de 2022, estes pagamentos se tornaram mensais. A amortização do principal iniciou em abril de 2022, conforme especificado no contrato.

a) Composição da dívida:

	Empréstimo Principal + Juros		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Saldo em 31.12.2022	57.078	1.271.135	1.328.213
Saldo em 31.12.2023	62.862	1.270.914	1.333.776

Banco

	Primeira Liberação	Principal 31/12/2023	Vencimento	Encargos IPCA TLP + 5,46% a.a
BNDES	28/03/2019	1.021.507	15/11/2038	5,46% a.a

Conforme definido no contrato, são devidos juros remuneratórios, incidentes sobre o Principal, correspondentes à taxa composta pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo IBGE (IPCA), calculada de forma *pro rata temporis*, acrescido da taxa de juros prefixada de 2,98% ao ano mais

Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre

CNPJ nº 27.059.460/0001-41

Notas explicativas às demonstrações financeiras

19. Custos dos Serviços Prestados:

	2023	2022
Serviços de terceiros	(35.076)	(34.256)
Pessoal	(24.090)	(23.080)
Conservação e Manutenção	(17.949)	(14.401)
Outorga variável	(16.977)	(14.143)
Amortização e depreciação	(63.250)	(46.529)
Energia Elétrica	(6.511)	(7.191)
Provisão Devedores Duvidosos	(1.749)	92
Provisões de Contencioso	3.143	7.273
Água	(865)	(892)
Outros	(736)	(3.137)
Custo dos serviços prestados	(164.060)	(136.264)
Custo de construção	(45.526)	(19.699)
Total	(209.586)	(155.963)

20. Despesas por Natureza:

	2023	2022
Pessoal	(20.579)	(19.218)
Gerais e Administrativos	(5.331)	(4.442)
Seguros	(2.836)	(4.652)
Serviços de terceiros	(1.691)	(3.110)
Impostos e taxas	(1.272)	(99)
Outros	(47)	(17)
Total	(31.756)	(31.538)

21. Outras receitas e despesas operacionais: 2023 2022
 Recomp. do equilíbrio econômico-financeiro. 42.762 70.326
 Outras receitas e despesas (719) 955
Total 42.043 71.281

A Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro no valor de R\$ 47.120 (R\$ 77.495 em 2022) apresentado na Nota 8, está apresentado líquido de impostos no percentual de 9,25% (PIS e COFINS).

22. Resultado Financeiro:

	2023	2022
Receitas Financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	9.801	8.117
Atualização Reequilíbrio	32.056	28.799
Juros ativos e Descontos Obtidos	1.326	1.245
Outras receitas financeiras	4.384	227
Total	47.567	38.388

Despesas Financeiras

Custos sobre empréstimos	(129.732)	(110.012)
IOF	(14)	(208)
AVP / IPCA Outorga	-	(8.728)
Despesas bancárias	(370)	(367)
Juros passivos	(3.596)	(2)
Outras Despesas Financeiras	(17)	(107)
Varição Cambial	(10)	54
Total	(133.739)	(119.370)

Resultado Financeiro

	(86.172)	(80.982)
--	-----------------	-----------------

23. Plano de Pensão: A contribuição para Fundo de Pensão de Previdência Privada é em formato opcional para seus funcionários com base em plano contratual de contribuição definida. Uma vez que estas contribuições são pagas, a Companhia não tem outras obrigações com os participantes do plano. As contribuições constituem despesas quando os serviços que concedem direitos a estes pagamentos são prestados. Em 2023 as despesas de previdência privada equivalem à R\$ 85 (R\$ 984 em 2022) e foram registradas no resultado na rubrica "Despesas com pessoal".

24. Provisões Tributárias, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórias: A Companhia possui processos de naturezas cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda, classificados pela administração com prováveis, com base na avaliação de seus assessores legais, conforme composição e estimativa a seguir:

	2023	2022
Prováveis		
Tributárias	-	4.060
Regulatórias	84	3.829
Trabalhistas	109	101
Cíveis	3.064	3.211
	3.257	11.201

	Trib.	Reg.	Trab. Cíveis	Total
Saldo em 31.12.2021	15.370	3.804	222	19.429
Adições	2.906	25	216	3.270
Reversões	(13.260)	-	(103)	(13.373)
Pagamentos	(956)	-	(252)	(1.238)
Atualizações	-	-	18	(52)
Saldo em 31.12.2022	4.060	3.829	101	11.201
Adições	657	9	5	22
Reversões	(257)	(2.579)	(9)	(44)
Pagamentos	(4.460)	(1.175)	-	(5.614)
Atualizações	-	-	12	(146)
Saldo em 31.12.2023	-	84	109	3.064

A Companhia tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2023	2022
Possíveis		
Tributárias	-	327
Cíveis (i)	444.090	423.494
Regulatórias	206	-
Trabalhistas	906	1.213
	445.292	424.707

(i) Em 2019 foi ajuizada Ação Civil Pública contra a Companhia, pleiteando o reconhecimento de responsabilidade pela mesma com relação à área ocupada pela Vila Nazaré, área esta que está parcialmente dentro do sítio aeroportuário, como resultado da execução da obra de expansão da pista do Aeroporto, conforme compromisso do contrato de concessão. Em 2021, foi proferida decisão monocrática indeferindo o pedido de antecipação da tutela recursal e concluiu-se a liberação integral da área da Vila Nazaré que integra o sítio aeroportuário, sendo que atualmente a área já se encontra murada e integrada ao aeroporto de Porto Alegre. Em 06.03.2022, a demanda foi julgada parcialmente procedente, com a ratificação das decisões que (i) determinou a realização do cadastramento da totalidade das famílias da Vila Nazaré; (ii) indeferiu os demais pedidos de tutela de urgência formulados na petição inicial; e (iii) deferiu em parte o pedido alternativo de estabelecimento de critérios únicos em relação aos moradores remanescentes. Os demais pleitos foram reputados prejudicados ou integralmente rejeitados. Em 03.05.2022, o MPF interpeleu recurso de apelação. No dia 07.02.2024 foi negado provimento ao recurso de apelação, tendo sido mantida a sentença de origem. No momento, estão abertos os prazos para apresentação de novos recursos aos Tribunais Superiores. O valor atualizado da causa em dezembro de 2023 é de R\$ 405.696 (R\$ 386.228 em 2022) e a administração, junto com seus assessores jurídicos classificou a probabilidade de perda como possível.

25. Provisão para Passivos Ambientais: Em setembro de 2022, foi homologado acordo assinado entre a Companhia, a TAP&M Brasil, a TAP Air, o MPRS e a FEPAM, para o fim de encerrar as ações judiciais 5021262-58.2020.8.21.0001 e 5000459-95.2019.8.21.1001, que diziam respeito ao passivo ambiental existente na área então ocupada pela TAP&M Brasil no Aeroporto de Porto Alegre e outros assuntos relacionados à utilização e entrega da área. O valor envolvido no acordo totalizou R\$ 53.586, sendo que a Companhia foram destinados R\$ 53.266. Ficou, portanto, a Companhia, responsável por executar os serviços de investigação, remediação e monitoramento do dano ambiental nos locais objeto do acordo. A TAP já efetuou o pagamento de R\$ 16.135 e foi realizado um depósito judicial no valor de R\$ 37.130 o qual está sendo levantado na medida da ocorrência das despesas. Atualmente, o saldo da provisão se encontra no valor de R\$ 53.609, pois até o momento a Companhia realizou o desembolso de R\$ 3.248.

	2023	2022
Provisão para Passivos Ambientais	53.609	50.712
	53.609	50.712

Constituição Provisão em Set/22

Pagamentos	50.712
Atualizações	53.266
Saldo em 31.12.2022	50.712
Pagamentos	(694)
Atualizações	3.591
Saldo em 31.12.2023	53.609

26. Gestão de Risco Financeiro: Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de taxa de juros, risco de mercado e risco de crédito. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela diretoria. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

Risco de mercado: Gestão do risco de capital:

	2023	2022
Dívida (a)	1.333.776	1.328.213
Caixa, saldos de bancos e aplic. financ. (b)	(119.623)	(83.114)
Dívida líquida	1.214.153	1.245.099
Patrimônio líquido (c)	1.027.339	989.614
Índice de endividamento líquido	1,18	1,26

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal. (a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado na Nota 14. (b) O caixa e saldos de bancos é composto de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital. Categorias de instrumentos financeiros:

	2023	2022
Ativos financ. ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	74.909	41.244
Contas a Receber	34.914	38.657
Partes Relacionadas	879	1.006
Direitos com o Poder Concedente	278.270	260.269
Outros Ativos	1.498	1.100
Aplicações Financeiras Vinculadas	44.714	41.870
Passivos financ. ao custo amortizado		
Fornecedores	29.418	19.672
Empréstimos e Financiamentos	1.333.776	1.328.213
Compromissos com o poder concedente	16.977	14.143
Outros Passivos	6.289	9.046

Gestão de risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e contas a receber em aberto. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento. As perdas de contas a receber são constituídas em montante julgado suficiente para suportar eventuais perdas na realização de créditos, líquidos de recuperações, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento. **Gestão do risco de taxa de juros:** Considerando a manutenção de posições de ativos financeiros indexados ao CDI, índice que é normalmente superior à inflação medida pelo IPCA, levando em conta a estrutura de financiamento das operações, a administração entende que seus resultados possuem uma mitigação das variações nas taxas de juros. A taxa de juros do financiamento contratado é composta por spread prefixada, portanto, não está sujeita a variações, mas existe um componente da taxa de juros efetiva que é atualizado pela inflação, medida pelo IPCA, ou seja, pós fixada. **Gestão do risco de taxa de câmbio:** A Companhia não possui operações relevantes em moeda estrangeira, portanto não está exposta a incorrer em perdas ou ganhos por causa das flutuações nas taxas de câmbio. **Gestão do risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pelo departamento de Tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também possui linhas de crédito junto ao mercado financeiro. A tabela a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Concessionária em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros. As projeções de inflação que a tesouraria da Fraport Brasil utilizou para projeção abaixo, são com base no histórico e projeções.

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2023
Fornec. e Financ. Compr. com o poder concedente	29.418	-	-	-	29.418
	132.102	278.365	296.045	1.758.938	2.465.450
	16.977	-	-	-	16.977
	178.497	278.365	296.045	1.758.938	2.511.845

Análise de Sensibilidade: Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras que estão lastreadas em CDI (CDB), direitos com o poder concedente e empréstimos com taxas de juros variáveis, atreladas ao IPCA. Apresentamos abaixo as análises de sensibilidade quanto à variação das taxas de juros sobre os ativos e passivos financeiros. Foram utilizados como base as projeções de indicadores do Banco Central do Brasil. A Companhia teria o seguinte efeito no resultado do exercício:

Ativo Financeiro	31.12.2023	Risco indexador	Cenário provável
Operação Caixa e equiv. de caixa	74.909	CDI (% ao ano)	8.802
Aplicações financeiras vinc. conced.	44.714	CDI (% ao ano) IPCA + 8,5 (% ao ano)	5.254
Referência para ativos financeiros			Provável
CDI (% ao ano)			11,75%
IPCA (% ao ano)			4,62%

Passivo Financeiro	31.12.2023	Risco indexador	Cenário provável
Operação Emprést., e Financ.	1.333.776	IPCA (% ao ano)	61.635
Referência para passivos financeiros			Provável
IPCA (% ao ano)			4,62%

27. Lucro por Ação: O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias. A Concessionária não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2023, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

	2023	2022
Numerador		
Lucro do exercício atribuído aos acionistas	37.725	45.981
Denominador (em milhares de ações)	763.500	763.500
Lucro básico e diluído por ação - em reais	<u>0,05</u>	<u>0,06</u>

28. Seguros: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Vigência	Valor segurado
Cobertura		
Propriedade	Mar/23 - Mar/24	2.955.867
Rep. de danos mat. e corp. a terc. Gar. de Cumprimento de Contrato de Concessão com a ANAC	Jul/23 - Dez/24	3.245.000
Terrorismo	Jul/23 - Jul/25	294.736
Resp. Civil aos Administradores e Diretores	Mar/23 - Mar/24	150.000
Equipamentos	Jun/23 - Jun/24	60.000
Cobertura da Frota	Set/23 - Set/24	7.000
	Abr/23 - Ago/24	4.688
Total		6.717.291

29. Transações que Não Afetaram o Caixa: As transações que não afetaram o caixa compreendem a compensação do valor da outorga variável com a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, ocorrida em 31 de maio de 2023, no valor de R\$14.143 e aquisições de ativo fixo e não pagas no ano de 2023 no valor de R\$ 10.673. O dividendo mínimo apurado em 2023 no valor de R\$ 8.960 aguardará a decisão da Assembleia Geral quanto ao pagamento.

Diretoria

Andreea Diana Pal - Presidente

Edgar Nogueira - Vice-Presidente de Operações

Leonardo Carnielle - Vice-Presidente Comercial e de Concessão

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre, Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas

demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 28 de fevereiro de 2023, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção

relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados

Contadora

Eunice Callai Pellegrini Kalikoski - CRC RS 069669/O-9

às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 29 de fevereiro de 2024

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.
 CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS
Ricardo Schenk Duque
 Contador
 CRC nº 1 RS 060571/O-0



Jornalismo sério e de credibilidade

No impresso, no digital e aonde mais o futuro nos levar!

Acompanhe nossos conteúdos pelas nossas redes sociais: